

O PRECARIADO COMO CLASSE: UM DIÁLOGO TEÓRICO¹

Bia Silveira Carneiro²

Resumo: A questão da precariedade tem ocupado lugar de destaque nos debates das ciências sociais, especialmente dentro do contexto da crise econômica global e suas consequências. Partindo da teoria proposta por Guy Standing, que defende o surgimento do “precariado” como uma nova classe em formação que desponta a partir da evolução do capitalismo industrial para o capitalismo neoliberal globalizado, este ensaio busca dialogar com algumas teorias e definições do que vem a ser uma classe social, aplicando-as à investigação do autor referido. Primeiro, é apresentado o que constitui o precariado a partir da perspectiva de Standing, seguido por um debate entre algumas teorias estruturalistas e construtivistas para a análise de classes. Por fim, estas abordagens permitem destringir as características de classe do precariado propostas por Standing e deliberar sobre a possível posição independente desta ampla camada da população global numa estrutura de classes.

Palavras-chave: precariedade, classe social, neoliberalismo, flexibilização

Abstract: Issues around precariousness have increasingly claimed the attention of debates within the social sciences, especially when looked within the context of the global economic crisis and its consequences. Building on the theory proposed by Guy Standing, who defends the rise of the “precarariat” as a new class in formation that appears through the evolution of industrial capitalism to globalised neoliberal capitalism, this essay aims to create a dialogue between some theories and definitions of what constitutes a social class, applying them to the analysis of the referred author. First, Standing's definition of the precariat is presented, followed by a debate between

1 Este artigo é uma versão ligeiramente revista de um ensaio elaborado, no ano letivo de 2014/15, no âmbito da disciplina de “Análise de Classes e Transformação Social” do Programa de Doutoramento em Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo (Centro de Estudos Sociais/Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra).

2 Bia é estudante do programa de Doutoramento em Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo (Centro de Estudos Sociais/Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra). É bacharel em Communication e Latin American Studies pela Simon Fraser University, Canadá; especialista em Gestão de Políticas Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil, e MSc Social Policy and Development (Merit) pela London School of Economics, Reino Unido. Contato: biacarneiro@ces.uc.pt

some structuralist and constructivist theories of class analysis. Finally, these approaches enable a thorough reflection on the characteristics of the precariat as proposed by Standing and the deliberation about the possible independent position of this large chunk of the global population within a class structure.

Keywords: precarity, social class, neoliberalism, flexibilisation

1. Introdução

A questão do precariado tem ocupado lugar de destaque nos debates das ciências sociais, especialmente dentro do contexto da crise econômica global e suas consequências. Este ensaio é inspirado nas discussões realizadas na unidade curricular “Análise de Classes e Transformação Social” no âmbito do Programa de Doutorado em Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo (Centro de Estudos Sociais/Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra), que nos proporcionou a oportunidade de conhecer o livro de Guy Standing “O precariado: a nova classe perigosa” (2011). Seu argumento central que o precariado seria uma classe em formação suscitou questionamentos sobre as teorias e as definições do que vem a ser uma classe social. Neste sentido, o presente ensaio busca dialogar com algumas leituras teóricas, aplicando-as à investigação do autor. Com o intuito de estabelecer o contexto da discussão, inicia com uma síntese do que constitui o precariado a partir da perspectiva apresentada por Guy Standing. Em seguida apresenta algumas teorias para a análise de classes, nomeadamente dentre os debates estruturalistas e construtivistas. Por fim, coloca o precariado frente estas teorias para refletir sobre sua condição de classe.

2. Caracterização do precariado

Para Standing (2011), o precariado é uma nova classe em formação que desponta a partir da evolução do capitalismo industrial para o capitalismo neoliberal globalizado. As transformações sociopolíticas substanciadas a partir dos anos 80 – principalmente ligadas à flexibilização do mercado de trabalho global – retiraram do proletariado o protagonismo que esta classe ocupava desde o início do século XX (Standing, 2014: 9).

O fim dos “30 anos gloriosos” trouxe consigo transformações que tem sido devastadoras para a classe trabalhadora (Estanque, 2011). O declínio do modelo fordista abriu espaço para novos paradigmas que alteraram profundamente o mundo do trabalho, como, por exemplo, a produção descentralizada, o trabalho especializado, as inovações tecnológicas, os novos modelos de produção e gestão como o toyotismo, o *lean production* e o *just in time*, além de novas formas de contratação como a subcontratação, a terceirização, entre tantas outras (Estanque e Costa, 2012: 260).

Ao abraçar a agenda neoliberal, cujas políticas estimulam a competitividade por meio da transferência de riscos e de insegurança para os trabalhadores, os países capitalistas avançados colocaram milhões de pessoas em uma situação de vulnerabilidade (Standing, 2011:1). A flexibilidade defendida pelos economistas neoclássicos significou sistematicamente remover a segurança dos trabalhadores sob a justificativa de ser este o preço necessário para a manutenção de investimentos e empregos (Standing, 2011: 6). Com isso, a desigualdade aumentou e a estrutura de classes tradicional que fundamentava a sociedade industrial até então foi fortemente abalada. Conforme apontado por Ricardo Antunes, enquanto a classe trabalhadora tradicional encolheu, uma intensa subproletarização do trabalho foi efetivada, resultando em diversas novas formas de trabalho: em tempo parcial, precário, informal, terceirizado, entre outros. Consequentemente, a classe trabalhadora se tornou mais heterogênea, mais complexa, e certamente mais fragmentada (Antunes, 1999 *apud* Estanque e Costa, 2012: 261).

A partir desta nova realidade, Standing estabelece três critérios para definir o precariado (Soeiro, 2014: 207): a relação com as formas de segurança garantidas pelo contrato social firmado após a segunda guerra mundial³; a relação com as estruturas de rendimento social⁴; e a ausência de uma identidade baseada no trabalho. Acerca do primeiro critério, o precariado não beneficiaria de nenhuma destas seguranças (Standing, 2011:10). No caso do segundo, o autor defende que não é o nível da renda que caracteriza o precariado, mas sim a falta de apoio coletivo em momentos de

3 O autor define sete formas de segurança trabalhista: segurança no mercado de trabalho; no emprego; na profissão; no trabalho; no desenvolvimento de competências; na renda; na representação (2011: 10).

4 O rendimento social provém de seis fontes: a autoprodução, o salário, o apoio comunitário ou familiar, os benefícios dados pelo empregador, benefícios do Estado e os lucros de rendas privadas ou ações (2011: 11)

necessidade, a falta de garantias ou benefícios públicos, e a falta de benefícios privados para complementar o rendimento; ou seja, ao precariado, resta só o salário como fonte de renda (Standing, 2011: 12). Finalmente, Standing afirma que o precariado não possui uma identidade baseada no trabalho por não se sentir parte de uma comunidade trabalhista solidária, já que não beneficia das mesmas regalias conquistadas pela classe trabalhadora tradicional, o que acaba por gerar um sentimento de alienação e de instrumentalização no que fazem (*ibid.*). Por outro lado, e embora não sejam considerados traços identitários, membros do precariado partilham algumas “sensações” em comum: de que seu trabalho é instrumental para viver; de que são oportunistas por aceitarem o que vier; e de que vivem uma vida precária no sentido da insegurança (Standing, 2011: 14).

Esta classificação do precariado é em relação a outros seis grupos de uma nova estrutura de classes global proposta por Standing (2011, 2014), de caráter mais fragmentado em decorrência da globalização, da abertura dos mercados e do crescimento das desigualdades. No topo desta estrutura está a elite, nacional e internacional, que detêm enorme riqueza e poder hegemônico. Em seguida encontra-se o salariado, “grupo com segurança de emprego a longo prazo, salários elevados e amplas regalias ao nível da relação salarial” (Standing, 2014: 11). Este grupo é também reconhecido como o dos trabalhadores de “colarinho branco” e é uma categoria em declínio devido às privatizações e às terceirizações dos setores público e privado; os membros da classe salariada correm grande risco de cair para o precariado. O terceiro grupo é denominado “*proficians*”; são os consultores e os empresários independentes que constituem uma força de trabalho mercadorizada e cuja influência econômica e cultural está a aumentar.

A seguir, há o tradicional proletariado, cujos membros também são chamados de trabalhadores de “colarinho azul”, que como o salariado está a sofrer uma grande refração. Finalmente, logo abaixo chegamos ao precariado, uma “classe-em-construção” (Standing, 2014) com relações bem definidas de produção (flexível), de distribuição (dependência do salário) e com o Estado (menos direitos e acesso à benefícios). O último grupo é dos “desajustados”, pessoas excluídas do sistema e cujos traços não foram muito enfocados pelo autor.

Uma discussão mais aprofundada das características de classe do precariado será apresentada adiante, colocadas em relação à algumas abordagens para a análise das classes sociais que nos permitem destrinchar o pensamento de Standing e deliberar sobre a possível posição independente do precariado numa estrutura de classes.

3. Abordagens para a análise de classes

O conceito de classe social tem inúmeras interpretações e por isso a análise de classes não segue apenas um modelo. O conceito também não é estático; no século 18 por exemplo, a palavra “classe” era permutável com o termo “posição” e definia apenas estratos sociais baseados em indicadores de recursos econômicos (Dahrendorf, 1959: 4). O próprio Marx foi influenciado por uma panóplia de correntes teóricas na sua construção conceptual, tendo adotado a terminologia da economia política britânica e a aplicado para “capitalistas” e “proletários” a partir do pensamento socialista utópico francês; já o conceito da luta de classes é inspirado na dialética de Hegel (Dahrendorf, 1959: 8). A lacuna deixada por Marx na teorização sobre classes sociais é conhecida, nomeadamente o célebre capítulo final inacabado no terceiro volume de *Capital* (Dahrendorf, 1959, Wright, 1985). No livro *Class and Class Conflict in Industrial Society* (1959), Ralf Dahrendorf realiza uma tentativa de “preencher” estas lacunas ao oferecer sua perspectiva do que Marx teria a completar neste capítulo. Sendo assim, de acordo com o autor, Marx diria que os proprietários da força de trabalho, os proprietários do capital e os proprietários da terra, cujas fontes de renda são o salário, o lucro e o aluguel, respectivamente – e portanto trabalhadores, capitalistas e latifundiários – constituem as três grandes classes da sociedade moderna baseada no modo capitalista de produção (Dahrendorf, 1959: 10). No modo capitalista de produção há uma tendência permanente de separar os meios de produção do trabalho, e de progressivamente concentra-los separados em grandes grupos. Ou seja, transformar o trabalho em trabalho assalariado e os meios de produção em capital (*ibid.*), criando assim a condição essencial para a existência e a dominação da classe burguesa: a acumulação de riquezas individuais por meio da formação e do aumento do capital (Dahrendorf, 1959: 12). As relações de poder fundamentadas nestas relações de propriedade e a autoridade são a base para a formação das classes sociais.

Sobre o que constitui uma classe, Marx diria que a condição material de existência de uma pessoa – ou a sua situação de classe – assenta na sua posição no processo produtivo (*ibid.*). Desde que um número significativo de pessoas viva sob condições económicas que separam seu modo de vida, seus interesses e sua educação daquelas de outros grupos, colocando-as em oposição, elas constituem uma classe. Porém, enquanto estes indivíduos não produzirem uma associação nacional ou uma organização política, elas não são reconhecidas como tal. Neste sentido, indivíduos formam uma classe social desde que estejam engajados em conflito contra outra classe, impulsionados por um interesse comum (Dahrendorf, 1959: 14, 15). Tais interesses de classe são objetivos e englobam os membros de uma classe sob uma força geral; inclusive, é possível que os interesses de classe sejam diferentes dos interesses individuais, podendo até mesmo causar atrito entre eles. Portanto, a formação de uma classe social implica a organização de interesses comuns na esfera da política, o que acaba por possibilitar o surgimento da consciência de classe (Dahrendorf, 1959: 15, 16).

Marx não via a teoria das classes sociais como uma descrição de uma determinada camada da sociedade parada no tempo, e especialmente não a via como uma teoria de estratificação social, mas sim como uma ferramenta para explicar as transformações sociais mais amplas que ocorrem por meio de processos dinâmicos (Dahrendorf, 1959: 19). Para ele, o primeiro passo para o processo pelo qual os grupos emergem das condições da estrutura social para formar uma classe é diretamente ligado à distribuição de propriedade privada (Dahrendorf, 1959: 23). Ou seja, o ponto de partida para a formação de uma classe social começa de uma situação objetiva de classe que partilha a mesma relação com a propriedade privada, assim como uma situação socioeconômica comum, e uma tendência de comportamento coletivo determinada por interesses “objetivos” (Dahrendorf, 1959: 24). É importante salientar novamente que Marx não achava que as classes se constituíssem como tal até que tivessem participado em conflitos políticos como um grupo organizado. Nos níveis normativo e ideológico da estrutura social, isso envolve a articulação da consciência de classe, ou seja, a transformação dos interesses objetivos de classe em metas subjetivas de ação coletiva (Dahrendorf, 1959: 25).

Erik Olin Wright também parte dos fundamentos marxistas em sua concepção das classes sociais, e embora considere legítima a tendência histórica de polarização entre burguesia e proletariado, bem como o declínio gradual na população proprietária dos seus meios de produção, o autor julga que a atual conjuntura do sistema capitalista neoliberal e globalizado já não reflete mais uma estrutura polarizada tão simplista (Wright, 1985). Assim, ele aponta para a necessidade de analisar as classes sociais de duas formas: a classe enquanto categoria e a classe enquanto sujeito de transformação histórica – a “classe em si” e a “classe para si”. Wright chama o primeiro caso de “mapas estruturais abstratos”, que analisam as relações de classe, ou seja, a forma como a organização social e de produção determina a estrutura de “lugares vazios”, que são preenchidos por pessoas (Wright, 1985: 17). A outra forma é denominada por “mapas conjunturais concretos, ou como as pessoas nas estruturas de classe se organizam em coletividades que participam na luta” (*ibid.*).

Essencialmente, o autor diferencia as relações sociais entre as classes – a estrutura das relações sociais nas quais os indivíduos entram, que determinam seus interesses de classe e que existe independentemente de pessoas e de posições concretas – das relações sociais nas classes, no sentido da ação coletiva (Wright, 1985: 21). Neste último caso, estamos a olhar para a formação de coletividades organizadas dentro de uma estrutura de classe com base em interesses coletivos. “Podem organizar-se, desorganizar-se ou re-organizar-se numa dada estrutura de classe sem que haja necessariamente quaisquer transformações fundamentais da própria estrutura de classe” (*ibid.*).

Para Wright, a análise de classes deve se posicionar a partir de três níveis de abstração. O primeiro nível é o do modo de produção, no qual as relações de classe são polarizadas. O segundo é o da formação social, em que a análise das sociedades é realizada por meio de combinações específicas dos modos de produção na sociedade concreta. Por fim, há a análise de nível conjuntural, que investiga os detalhes institucionais e as organizações concretas de classe existentes na sociedade (Wright, 1985: 23). Sendo assim, o processo de formação de classes é moldado por uma variedade de mecanismos que “determinam o modo como as estruturas de classe se traduzem em actores coletivos com ideologias e estratégias específicas” (Wright, 1985: 26). Fatores políticos, processos de produção e a organização do trabalho são

situações relacionais que definem as classes comparativamente às outras (Wright, 1985:47).

Em oposição ao enfoque na análise estrutural, Ellen Meiksins Wood (2003) defende a visão de E.P. Thompson em *The Making of the English Working Class* (1963) e apresenta uma perspectiva mais construtivista da formação das classes sociais, na qual a consciência de classe tem um papel central não necessariamente determinado pelas relações de classe. Thompson considerava que são as relações de produção que distribuem as pessoas em situações de classe que geram antagonismos e conflitos de interesse necessários para uma condição de luta (Wood, 2003: 76). É a partir deste processo de luta - “à medida que homens e mulheres vivem suas relações produtivas e experimentam suas situações determinadas, no interior do conjunto das relações sociais, com a cultura e esperanças que herdaram, e à medida que trabalham de formas culturais suas experiências” (*ibid.*) – que as classes se formam e a consciência de classe se desenvolve. Neste sentido, a luta de classes precede a classe em si.

Para Thompson – e Wood – olhar a classe apenas como uma relação objetiva com os meios de produção é uma posição reducionista e estrutural, sendo que a definição de classe como ambos relação e processo se faz importante nos casos em que não há consciência de classe. Thompson buscava mostrar como “os determinantes de classe dão forma aos processos sociais, como as pessoas se comportam em 'formas de classe', mesmo antes, e como precondição, de formações maduras de classe com suas instituições e valores conscientemente definidos por classe” (Wood, 2003: 78). Neste sentido, ele afirma que as classes surgem quando pessoas em “relações produtivas determinativas”, que partilham uma experiência comum, identificam seus interesses comuns e passam a pensar e atribuir valor conforme as “formas de classe” (Wood, 2003: 79). A consciência de classe só é possível porque já existem situações objetivas de classe, ou seja, são as situações de classe que acarretam as formações de classe.

Pierre Bourdieu une o estruturalismo ao construtivismo no que ele rotula de “construtivismo estruturalista”. Como Marx, Bourdieu também achava que para sobreviverem, homens e mulheres precisam produzir os meios necessários à sua sobrevivência; ao realizarem tais atividades, eles entram em relações uns com os outros, e é a partir desta existência prática que a consciência emerge (Burawoy, 2011: 32). Porém, enquanto Marx focalizava na atividade econômica, Bourdieu encontra

uma coexistência simultânea em diversos campos (econômico, cultural, político, etc) nos quais as relações sociais precedem o indivíduo (*ibid.*). Estas experiências subjetivas e percepções coletivas são o meio em que as posições objetivas de classe são produzidas e reproduzidas (Eder, 2002: 113).

A partir da concepção do *habitus* – “as relações de afinidade entre o comportamento dos agentes e as estruturas e condicionantes sociais” (Burawoy, 2011: 32) – Bourdieu acredita que o *habitus* de classe é o fator subjetivo da análise de classes ao contemplar a estrutura adquirida por processos sociais além dos atores. Não são as ideias individuais, as personalidades ou as atitudes, mas sim os “esquemas coletivos de experiência e percepção que delimitam ideias subjetivas, traços de personalidade e exemplos de consciência disponíveis” (Eder, 2002: 119). Apoiado nestes preceitos, Eder critica a análise de classes baseada em esquemas de estratificação por perceber uma inconsistência de status na sociedade atual se a classe for avaliada simplesmente de acordo com indicadores de renda, nível de educação ou ocupação (Eder, 2002: 115), já que a importância do capital econômico está diminuindo em relação ao capital cultural.

De Marx a Eder, as abordagens apresentadas acima são obviamente muito mais complexas do que o espaço deste ensaio permite aprofundar. Contudo, o propósito desta rápida construção é fornecer uma base de conceitos analíticos para o questionamento da posição do precariado como classe social. A seguir, confrontamos estes conceitos com a argumentação defendida por Standing.

4. O precariado como classe

Uma primeira crítica a posição de Standing é a distinção que o autor faz entre o precariado e o proletariado baseada na visão de uma classe operária que goza de trabalho estável e que se encontra confortável com sua posição na sociedade. Este proletariado já teria sido cooptado pelas elites com concessões trabalhistas (benefícios, pensões, etc) e portanto não demonstraria mais interesse na luta de classes (Standing, 2011: 8). Sendo assim, o precariado teria sido “abandonado” pela classe operária para lutar sozinho pelos direitos concedidos aos outros mas negados para si. Ora, esta visão parece um tanto reducionista. Ela não só desdenha de um histórico de lutas – que continua ainda hoje – para defender os constantes ataques aos

direitos adquiridos dos trabalhadores, como “esquece-se” – como coloca perfeitamente Ruy Braga – “de que o compromisso fordista na Europa e na América do Norte protegeu uma fração profissional, branca, masculina, adulta, nacional e sindicalizada da classe trabalhadora, à custa da reprodução da fração proletária não qualificada ou semiquificada, feminina, negra, jovem e migrante” (Braga, 2014: 17). Aliás, fração esta que se encaixa perfeitamente na descrição do perfil demográfico do atual precariado (Standing, 2011: 59, 88). Ademais, a classe trabalhadora de muitos países periféricos sequer chegou a gozar da estabilidade apontada por Standing, tendo sempre se enquadrado em uma situação de precariedade. “Se a precariedade parece estar se transformando em um “registro 'regular' da organização do trabalho” (Castel), ameaçando décadas de institucionalização de direitos sociais nos países capitalistas avançados... ela nunca deixou de ser a regra na periferia do sistema” (Braga, 2014: 19). De certo modo, o precariado só foi “reconhecido” depois que a deterioração das proteções trabalhistas decorrentes da globalização neoliberal colocou milhões de pessoas dos países capitalistas avançados em situações de exploração e exclusão social já há tempos vivenciada em outras regiões. Ao contrário, Standing parece afirmar que se não fosse pelo neoliberalismo e pela atual crise econômica mundial, a precariedade não teria acontecido e a proteção social teria prevalecido (Braga, 2014).

No entanto, Braga contra-argumenta que a mercantilização do emprego, o caráter capitalista da divisão do trabalho e a anarquia da reprodução do capital colocam a precariedade como aspecto central da relação salarial. Ainda, ele lembra que Marx já previa a formação de uma população trabalhadora excedente⁵ em relação às necessidades dos empregadores, cujo progresso de produtividade está associado a deterioração das condições de existência do proletariado. Nesta lógica, o precariado é então nada mais que o proletariado precarizado, ou a “superpopulação relativa” (Braga, 2014: 18).

O argumento remete às abordagens discutidas acima para enquadrar o precariado. Do ponto de vista marxista delineado por Dahrendorf, a posição de classe é definida em relação a posição no processo de produção. Sendo o precariado detentor apenas

⁵ Braga destaca a classificação de Marx para quatro categorias de trabalhadores excedentes: 1) flutuante: trabalhadores ora atraídos, ora repelidos pelas empresas; 2) latente: jovens e trabalhadores a espera de uma oportunidade; 3) estagnada: já parte da força de trabalho mas ocupando posições de subemprego; e 4) pauperizada: indigente, doentes, incapacitados para o trabalho.

da sua força de trabalho, neste caso ele ocupa o mesmo espaço do “tradicional” proletariado. Marx/Dahrendorf também chamam atenção para duas abordagens falsas na definição das classes. A primeira é na identificação das rendas e fontes de renda como fator determinante. A segunda é na percepção das diferenças de classe como diferenças de renda, e o conflito de classes como disputas trabalhistas (Dahrendorf, 1959: 10-11). Ao analisarmos os três critérios associados à definição do precariado apresentados na primeira seção, Standing constrói seu argumento com base em ambas as abordagens: primeiro por colocar a estrutura do rendimento social, do qual o precariado depende apenas do salário, como determinante da classe; e segundo pela ênfase trabalhista das formas de segurança garantidas pelo contrato social, que reduzem a luta de classes à instrumentalização.

Ainda nesta perspectiva, embora Standing afirme que pelo menos um quarto da população adulta (mundial?) esteja no precariado (Standing, 2011: 24), ele também reconhece não só a falta da consciência de classe, mas a existência de conflitos entre os próprios supostos integrantes desta classe, já que a heterogeneidade do grupo aglutina muitos interesses individuais distintos (Standing, 2011: 22, 25). Voltando aos pontos colocados acima, tanto na análise de Dahrendorf quanto de Wright, a falta de uma organização coerente para a ação coletiva contra uma outra classe opressora é um fator decisivo para questionar a existência do precariado não apenas como uma classe para si, mas também como uma classe em si.

Nos três níveis de abstração propostos por Wright, encontramos dificuldade novamente de diferenciar o precariado do proletariado: a relação social de produção é a mesma (não proprietária dos meios de produção), a luta de classes não é coesa, a relação com outras classes sociais é dispersa e ainda não existem organizações de classe concretas que incorporem todos os grupos descritos por Standing como potenciais integrantes do precariado. Por estas razões, Braga afirma que o “precariado não deve ser interpretado como antípoda do salário, seu 'outro' bastardo ou recalçado. Na realidade ele é a própria condição de existência do salariado” (Braga, 2014: 17).

Por outro lado, é preciso reconhecer a possibilidade de que o precariado é ainda uma classe em formação. Como vimos, a abordagem construtivista abre espaço para a importância das experiências subjetivas partilhadas por indivíduos em situações

objetivas (Wood, 2003) e o chamado *habitus* de classe (Eder, 2002). Para Standing, o precariado está na vanguarda, mas ainda não encontrou uma voz para avançar suas demandas, parcialmente porque as pessoas ainda não nascem nele e não se identificam com orgulho como integrantes dele, um contraste com a classe operária tradicional, que engendrou um senso de identidade e dignidade que ajudou a transformá-la em uma força política com uma agenda de classe definida (Standing, 2011: 22). E.P. Thompson afirmava que as relações de classe não determinam a consciência de classe; a classe não é apenas um grupo combinado em uma unidade de produção, é uma ligação que estende além do processo produtivo (Wood, 2003: 89). Para ele, as classes surgem ou “acontecem” porque pessoas em “relações produtivas determinativas”, que conseqüentemente partilham uma experiência comum, identificam seus interesses comuns e passam a pensar e atribuir valor conforme as “formas de classe” (Wood, 2003: 79). Neste sentido, o precariado pode já estar vivendo uma situação de classe sem a compreender como tal, sendo este seu próximo passo natural.

5. Conclusão

A questão central que o presente ensaio busca explorar é se o precariado caracterizado por Standing seria uma nova classe social. Se há um fator em comum entre as abordagens aqui discutidas é de que as classes sociais não são estáticas; pelo contrário, seus processos de formação são dinâmicos e em constante evolução. Por isso, Standing acredita que embora as tensões dentro do precariado estejam a jogar pessoas umas contra as outras, prevenindo-as de reconhecer as estruturas sociais e econômicas que produzem a sua situação de vulnerabilidade, ele é uma classe em si cada dia mais capaz de identificar o que almeja combater e o que quer construir (Standing, 2011:155). Desta identidade já surgiram alguns movimentos sociais que efetivamente interpelaram o movimento operário, posicionando o precariado como sujeito político definitivo (Soeiro, 2014: 209).

Porém, isso significa que ele é uma nova classe, distinta e independente? De acordo com Estanque, “a classe trabalhadora deixou há muito de ser homogênea, mas o alastrar da precariedade e do trabalho sem estatuto e sem dignidade pode conduzir a novas homogeinizações” (Estanque, 2011: 59). No entanto, tendo em vista as

perspectivas das diversas teorias para a análise de classes, terminamos por perceber o precariado como uma parte explorada e insegura de um proletariado cada dia mais heterogêneo, cuja existência é intrínseca ao processo contínuo da mercantilização do trabalho.

Referências bibliográficas

- Braga, Ruy (2012), *A Política do Precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo.
- Burawoy, Michael (2011), *O Marxismo encontra Bourdieu*. Campinas: Editora Unicamp.
- Dahrendorf, Ralf (1957), *Class and Class Conflict in Industrial Society*. Stanford: Stanford University Press: 1972.
- Eder, Klaus (2002), *A Nova Política de Classes*. Bauru: Editora EDUSC
- Estanque, Elísio (2011) "Trabalho,, sindicalismo e acção colectiva: desafios no contexto de crise" in Estanque, Elísio; Costa, Hermes Augusto (orgs.) *O sindicalismo Português e a nova questão social: crise ou renovação?* Coimbra: Almedina, 49-62.
- Estanque, Elísio; Costa, Hermes Augusto (2012) "Labour relations and social movements" in Erasga, Denis (Ed.) *Sociological Landscapes: Theories, Realities and Trends* Rijeka/Croacia: INTECH/ Open Access Publishing, 257-282.
- Soeiro, José (2014), "Recensões", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103, Maio 2014: 207-210.
- Standing, Guy (2011), *The Precariat: the new dangerous class*. London: Bloomsbury Academic.
- Standing, Guy (2014), "O precariado e a luta de classes", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103, Maio 2014: 9-24.
- Wood, Ellen Meiksins (2003), *Democracia contra Capitalismo. A renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo.
- Wright, Erik Olin (1985), *Classes*. Edições Pedagogo: 2013.